

Barómetro das Crises

26-03-2015 | Nº 13

Crise e mercado de trabalho: Menos desemprego sem mais emprego?

A diminuição do desemprego e a criação de emprego são dois dados oficialmente referidos como sinais da retoma da economia, do fim da crise e do sucesso do programa de ajustamento. Na realidade, o mercado de trabalho português encontra-se numa situação depressiva sem precedentes e sem perspectivas de recuperar a prazo.

Importa sublinhar que o aprofundamento da crise económica tem tido uma forte influência na crise dos próprios indicadores estatísticos:

- Pela primeira vez, os valores do desemprego “não oficial” – que retratam dimensões do fenómeno do desemprego que o conceito de desempregado não abarca – ultrapassaram os números do desemprego “oficial”. De facto, a descida gradual do número de desempregados, a partir de 2013, tem sido paulatinamente contrariada pelo aumento do número de desempregados que não é reconhecido pelas estatísticas.
- Tendo em conta as diversas formas de desemprego, o subemprego e estimativas prudentes sobre a situação laboral dos novos emigrantes, a taxa real de desemprego poderia situar-se, no segundo semestre de 2014, em 29% da população ativa, caso os trabalhadores emigrados tivessem ficado no país.
- Por isso, em vez de uma descida do desemprego, é talvez mais adequado falar-se numa situação de estabilização do desemprego em níveis bastante elevados e de uma estabilização do emprego num nível bem mais reduzido do que o estimado no início do programa de ajustamento. Com efeito, a criação de emprego verificada recentemente assenta em bases frágeis. Excluindo dos valores oficiais os desempregados ocupados – quantificados como empregados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – ter-se-ão destruído 463,6 mil postos de trabalho de 2011 até ao 2º semestre de 2013 e criado, a partir daí, apenas 37,9 mil postos de trabalho.
- Por último, o desemprego atual é um desemprego mais desprotegido do que antes da vigência do programa de ajustamento. Do mesmo modo que o emprego gerado assenta, sobretudo, em atividades precárias, em estágios financiados publicamente, mal remunerados e sem perspectiva de continuidade e de verdadeira inserção no mercado de trabalho.

A ideia de que o “ajustamento” e a “mudança estrutural” da economia portuguesa dariam lugar, depois da subida inevitável do desemprego, a um novo quadro de florescimento do emprego, não parece, de facto, encontrar suporte na realidade.

Desempregado

Indivíduo com idade entre 15 e 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

Empregado

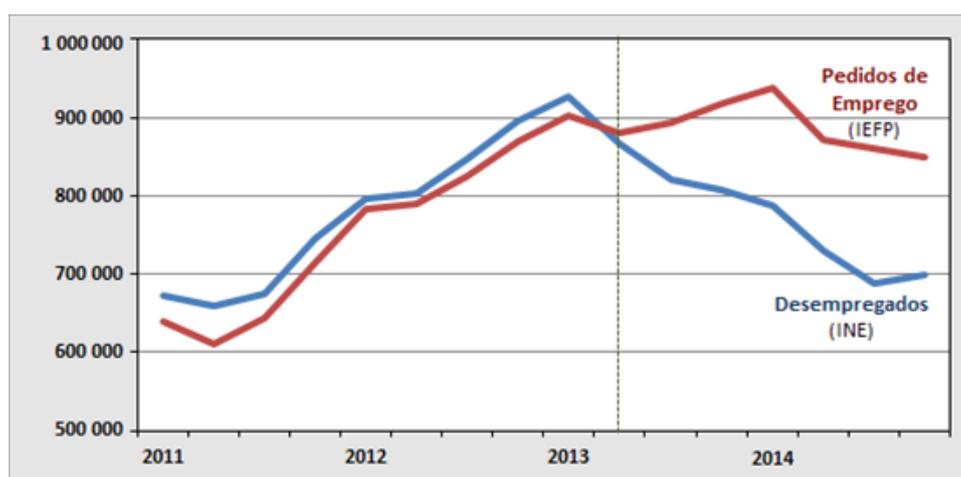
Indivíduo com idade entre 15 e 74 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou espécie; tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço; tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

I. Desemprego: o que mudou nos números e nas estatísticas oficiais?

Na evolução recente dos números do desemprego, há dois efeitos estatísticos relevantes, que condicionam de modo muito significativo os cálculos da Taxa de Desemprego. Trata-se, por um lado, da divergência súbita, e cada vez mais acentuada, entre o número de [desempregados](#) apurado pelo INE e o número de [pedidos de emprego](#) contabilizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).ⁱ Quebrando o paralelismo que se registava entre os dois indicadores, este hiato iniciou-se em 2013 (Gráfico 1), ou seja, num momento posterior ao ano (2011) em que o INE procedeu a uma alteração dos critérios que balizam as situações de desemprego.ⁱⁱ E trata-se, por outro lado, dos níveis incomparavelmente elevados a que chega o número de desempregados ocupados em cursos de formação profissional e em programas de emprego (Gráfico 2).

Gráfico 1

Evolução do número de Pedidos de Emprego e do número de Desempregados



Fonte: IEFP e INE (dados por trimestre).

No Boletim Económico de dezembro passado, o Banco de Portugalⁱⁱⁱ já tinha sublinhado este último aspeto: os indivíduos que frequentam estágios profissionais e que “são classificados como empregados para efeitos do regime contributivo da Segurança Social e também (...) como [empregados](#) para efeitos de resposta ao Inquérito ao Emprego” constituem, em termos estatísticos, desempregados que “saíram” do universo do desemprego. Não sendo um dado novo – este critério de contabilização não é recente – o que se torna relevante é o facto de o contingente de desempregados ocupados ter atingido níveis absolutamente inéditos na história recente do mercado de trabalho português. Sublinhe-se aliás que, na actual conjuntura, se trata de um conjunto relevante de situações de preenchimento de postos efetivos de trabalho (no Estado e em IPSS, por exemplo) pela adesão a programas de estágio temporário de desempregados (obrigatórios para muitos beneficiários de prestações de

ⁱ Entre outros aspectos, o conceito de pedidos de emprego (IEFP) diferencia-se do conceito de desempregados (INE) pelo facto de contemplar um espectro de situações de desemprego mais amplo (e nesse sentido mais “realista”), que inclui não só os desempregados, mas também as pessoas que, mesmo tendo emprego, pedem aos serviços dos centros de emprego para lhes arranjar outro emprego, os desempregados ocupados e os indisponíveis temporariamente (desempregados ou empregados que não reúnem condições imediatas para o trabalho por motivos de doença).

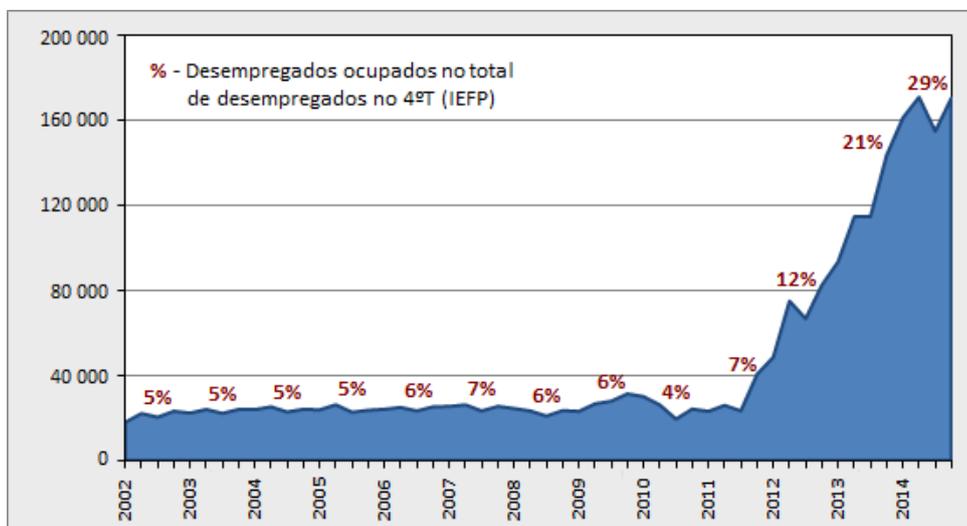
ⁱⁱ A nota do INE identifica as principais alterações: 1) os familiares não remunerados deixaram de ser considerados necessariamente empregados; 2) “as pessoas a frequentar Planos Ocupacionais de Emprego, promovidos pelo IEFP não eram consideradas necessariamente empregados no questionário anterior, mas passaram a ser no questionário atual”; 3) as pessoas ausentes do trabalho por mais de três meses eram consideradas empregados no questionário anterior se recebessem remuneração, mas no atual só o são se receberem pelo menos metade da sua remuneração normal; 4) o subemprego visível passou a considerar tanto as horas trabalhadas na atividade principal como na secundária e introduziu-se um critério de disponibilidade para começar a trabalhar as horas adicionais pretendidas, ou seja, reduzindo potencialmente o subemprego visível; 5) a procura de emprego por parte dos não empregados é limitada a quem tenha entre 15 e 74 anos, quando antes era com mais de 15 anos, ou seja, limitando o conceito de desemprego. (http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=221718931&ESTUDOSstema=55574&ESTUDOSmodo=2).

ⁱⁱⁱ https://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/Bol_Econ_dezembro_p.pdf.

desemprego), segundo um modelo que não só quebra a noção de seguro social inerente ao próprio subsídio de desemprego, como subverte o mercado de trabalho, ao gerar dependência – por parte das entidades “empregadoras” – destas formas de trabalho temporário e subsidiado.

De facto, seja em valores absolutos, seja no peso relativo que os desempregados ocupados assumem no número total de desempregados do IEFP, a situação não encontra qualquer paralelo em anos anteriores a 2012. Até esta data, nunca o número de desempregados ocupados ultrapassou a barreira dos 40 mil, situando-se a média entre 2002 e 2011 em 24 mil desempregados. Após 2012 – e até ao final de 2014 – a média trimestral passou a situar-se nos 117 mil, tendo mesmo atingido, no final de 2014, um total de 171 mil desempregados. Até ao início do processo de “ajustamento”, o número de desempregados ocupados nunca foi além dos 7% do total de desempregados. Mas em apenas três anos passou a situar-se em 30%.

Gráfico 2
Evolução do número de desempregados ocupados



Fonte: IEFP (dados por trimestre).

Que impactos têm estes dois fatores, de natureza estatística, na evolução da Taxa de Desemprego? Que valores de Taxa de Desemprego se obteriam, caso fosse adotado o número de “Pedidos de Emprego” do IEFP como referência para os cálculos (anulando portanto as alterações ocorridas no Inquérito do INE) ou caso os “desempregados ocupados” fossem contabilizados no universo dos desempregados?

O Quadro I procura dar resposta a estas questões, permitindo desde logo retirar duas conclusões: o nível de desemprego alcançado no final de 2014 seria superior ao oficialmente registado (entre 3 e 6 pontos percentuais); e o desemprego não teria revelado a trajetória descendente que os números oficiais sugerem. Isto é, não teria diminuído cerca de 3,3 pontos percentuais entre o final de 2012 e o final de 2014 (dos 16,8% para os 13,5% oficiais), tendo antes estabilizado nos 16% a 17% (quando se consideram os “Pedidos de Emprego” ou os “Desempregados Ocupados”). E teria mesmo, neste período, aumentado de 17,8 para 19,7%, se o apuramento fosse feito a partir do número de “Pedidos de Emprego”.

Acresce a este fator de subavaliação do desemprego “oficial”, a elevada possibilidade de a amostra dos desempregados usada para a estimativa do INE

Inativo

Indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava desempregado nem desempregado.

Pedidos de Emprego

Total de pessoas com idade igual ou superior a 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei), inscritas nos Centros de Emprego para obter um emprego por conta de outrem. Inclui os desempregados (que nunca trabalharam ou que já trabalharam), empregados que têm um emprego e pretendem mudar, desempregados ocupados e os indisponíveis temporariamente (desempregados ou empregados que não reúnem condições imediatas para o trabalho por motivos de doença).

Subemprego

Conjunto de trabalhadores a tempo parcial com idade entre 15 e 74 anos que, no período de referência declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam.

estar mal calibrada. Essa possibilidade é patente no facto de o universo dos desempregados subsidiados estimados pelo INE deferir em cerca de 100 mil pessoas do valor exaustivo e administrativamente apurado pelo IEFP, quando os dois valores se deveriam aproximar. De qualquer forma, os valores de todos estes indicadores atenuam-se desde o segundo semestre de 2013. Será mesmo assim?

Quadro I

Taxa de Desemprego “Oficial” e Taxas de Desemprego calculadas a partir do número de “Pedidos de Emprego” e da contabilização de “Desempregados Ocupados”

	J 2011	D 2011	J 2012	D 2012	J 2013	D 2013	J 2014	D 2014
Taxa Desemprego «Oficial»	12,1%	13,9%	14,9%	16,8%	16,4%	15,3%	13,9%	13,5%
Taxa Desemprego «PdE» [a]	11,2%	13,3%	14,6%	16,3%	16,7%	17,4%	16,6%	16,4%
Taxa Desemprego «DO» [b]	12,5%	14,6%	16,2%	18,4%	18,5%	18,0%	17,2%	16,7%

[a] Taxa de Desemprego calculada a partir do número de “Pedidos de Emprego” registados pelo IEFP.

[b] Taxa de Desemprego calculada pela soma dos “Desempregados Ocupados” (IEFP) aos valores oficiais de desemprego.

Fonte: IEFP e INE (dados por semestre).

2. O que significa hoje o fenómeno do desemprego?

O prolongamento e aprofundamento da crise ao longo de vários anos, que acarretou uma subida histórica do desemprego, introduziu uma nova situação na própria quantificação do fenómeno que os critérios oficiais, harmonizados pelos conceitos do Eurostat, não acompanham devidamente. Essa dimensão do desemprego obriga a ter em conta realidades do mercado de trabalho situadas para lá do **número oficial de desempregados**, como é o caso dos **desempregados ocupados**, dos **inativos desencorajados** (que estando ou não disponíveis para trabalhar, se encontram efetivamente desempregados, apesar de não serem contabilizados enquanto tal), dos **ativos migrantes**, que traduzem os impactos acumulados da emigração e a redução da imigração no mercado de trabalho português, e, ainda, o **subemprego**.

A estimativa dos **inativos desencorajados** resulta da soma de duas séries estatísticas apuradas pelo INE, mutuamente exclusivas entre si: a que respeita à “população inativa à procura de emprego mas não disponível”^{iv} e a que se refere à “população inativa disponível mas que não procura emprego”.^v

Na estimativa de **ativos migrantes**, pressupõe-se que o aumento da emigração e a redução do saldo (entradas e saídas) de cidadãos estrangeiros em idade ativa (imigrantes) se traduz, por um lado, numa diminuição acumulada de população ativa (que o próprio saldo migratório reflete) e, por outro lado, numa aparente diminuição do desemprego (já que estes ativos deixam de contar tanto para efeitos de desemprego efetivo como de desemprego desencorajado).^{vi} Em termos globais, o apuramento do Desemprego “Real” encontra-se refletido no Quadro 2.

A primeira conclusão a retirar é a da existência de uma *divergência crescente* entre o Desemprego “Oficial” e o Desemprego “Real”. Se no primeiro trimestre de 2011 este diferencial se situava em cerca de quatro pontos percentuais, em 2013 passa para oito pontos percentuais e atinge os onze pontos percentuais no final de 2014. E se, às estimativas de Desemprego “Real”, juntarmos ainda o subemprego, essa diferença passa de sete pontos percentuais em 2011 para treze pontos percentuais em 2013, atingindo um valor de dezasseis pontos percentuais no final de 2014.

^{iv} Corresponde, de acordo com o INE, à situação de “inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, tinha procurado ativamente um emprego ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores), mas não estava disponível para trabalhar”.

^v Corresponde, segundo o INE, à situação de “inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado um emprego ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores)”.

^{vi} Nos cálculos efetuados, consideram-se os valores oficiais (INE) da emigração e imigração ajustados à população ativa, e admite-se que, caso não tivessem emigrado, um em cada cinco ativos teria encontrado emprego em Portugal, seguindo assim de perto o peso percentual de desempregados que regressaram ao mercado de trabalho (18%).

A segunda conclusão é a de que é mais realista falar-se hoje, não de uma diminuição, mas de uma *estabilização do desemprego* em patamares próximos do nível alcançado em 2013. Ou seja, entre 29 a 30% da população ativa. E que, pela primeira vez desde sempre, a dimensão do “desemprego oculto” ultrapassa o desemprego oficial (Gráfico 3).

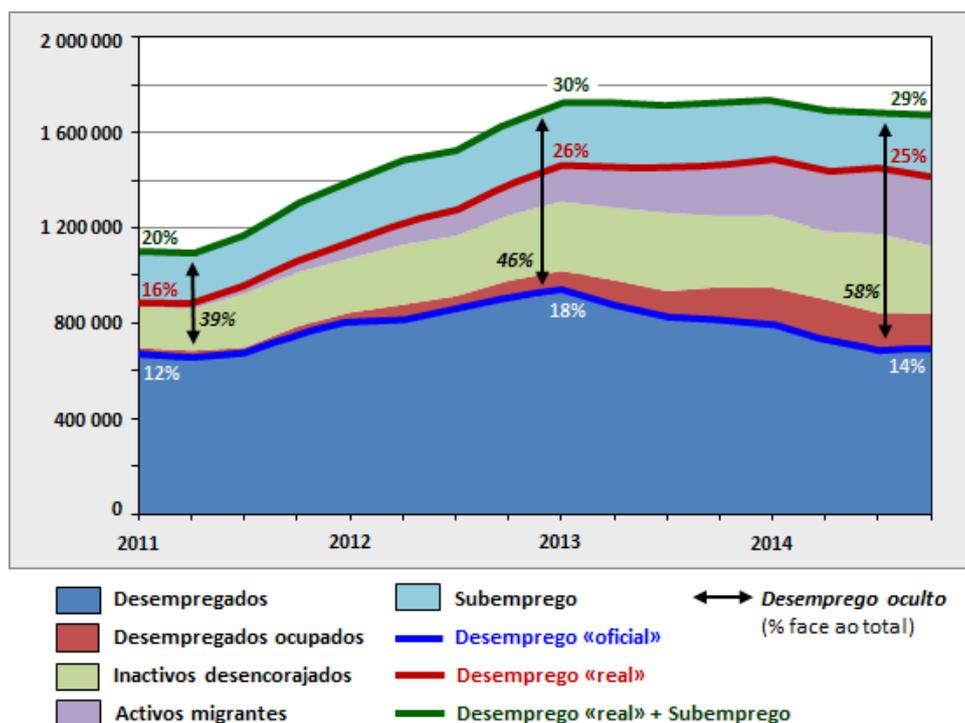
Quadro 2
Comparação entre o Desemprego “Oficial” e estimativa de Desemprego “Real”

	J 2011	D 2011	J 2012	D 2012	J 2013	D 2013	J 2014	D 2014
Desempregados (INE)	658 700	746 200	803 300	896 000	866 300	808 000	728 900	698 300
Desempregados Ocupados (IEFP)	26 046	40 664	75 121	82 679	114 809	143 853	171 145	143 853
Inactivos Desencorajados (INE)	175 300	227 600	251 800	273 900	304 100	297 500	285 000	282 300
Activos migrantes (INE)	26 864	53 729	94 316	134 904	176 477	218 050	259 622	301 195
Subemprego (INE)	207 100	230 200	257 600	254 500	266 500	259 100	252 200	251 700
Desemprego Oficial [a]	658 700	746 200	803 300	896 000	866 300	808 000	728 900	698 300
Desemprego «Real» [b]	886 910	1 068 193	1 224 537	1 387 483	1 461 686	1 467 403	1 444 667	1 425 648
Desemprego Real + Subemprego [c]	1 094 010	1 298 393	1 482 137	1 641 983	1 728 186	1 726 503	1 696 867	1 677 348
Desemprego oculto [c-a]/[c]	39,8%	42,5%	45,8%	45,4%	49,9%	53,2%	57,0%	58,4%
População Activa [d]	5 458 100	5 378 700	5 406 000	5 333 100	5 290 900	5 276 800	5 243 500	5 189 800
Pop.Activa (sentido amplo) (*) [e]	5 660 264	5 660 029	5 752 116	5 741 904	5 771 477	5 792 350	5 788 122	5 773 295
Desemprego «Oficial» [a/d]	12,1%	13,9%	14,9%	16,8%	16,4%	15,3%	13,9%	13,5%
Desemprego «Real» [b/e]	15,7%	18,9%	21,3%	24,2%	25,3%	25,3%	25,0%	24,7%
Des. «Real»+Subemprego [c/e]	19,3%	22,9%	25,8%	28,6%	29,9%	29,8%	29,3%	29,1%

(*) A população ativa em sentido amplo resulta da soma, ao valor oficial, dos inativos desencorajados e os ativos migrantes.

Fonte: IEFP e INE (dados por semestre).

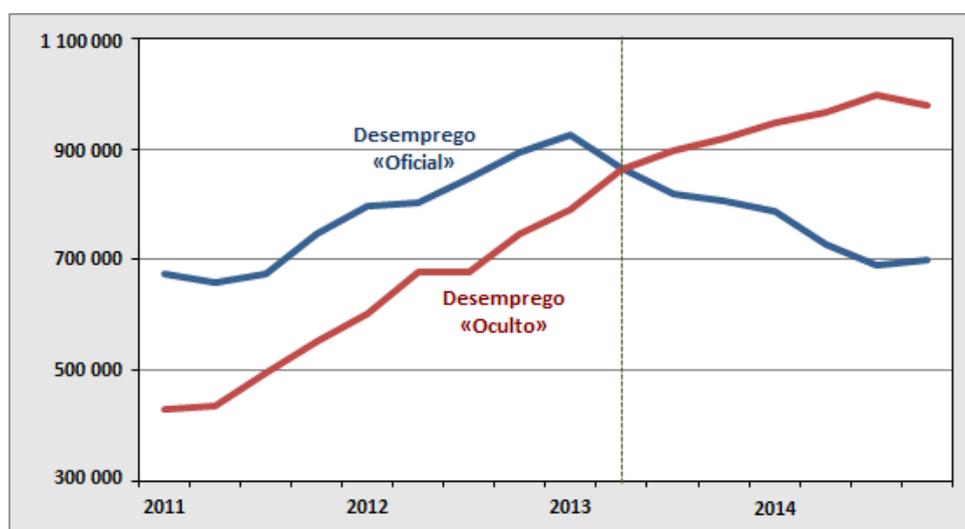
Gráfico 3
Desemprego “Oficial” e estimativa de Desemprego “Real”



Fonte: IEFP e INE (dados por trimestre).

De facto, se no final do primeiro semestre de 2011 os desempregados ocupados, os inativos desencorajados e os ativos migrantes representavam, globalmente, cerca de 25% da estimativa de Desemprego “Real”, já em 2013 passaram a significar 37% do desempregado “Real” e, no final de 2014, representavam já mais de metade do Desemprego “Real” (51%). Caso se considerasse o subemprego, o desemprego “oculto” assumiria um papel ainda mais importante (58% do Desemprego “Real”). Ou seja, a descida gradual no número oficial de desempregados, visível a partir de 2013, foi sendo contrariada pelo aumento do número de desempregados não reconhecido pelas estatísticas (Gráfico 4). Esse aspeto é precisamente reportado na primeira avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) após o período de ajustamento, de janeiro passado, ao referir que “no caso de Portugal, uma medida mais alargada do desemprego que acrescenta os trabalhadores desencorajados – que aumentaram significativamente durante a crise – do desemprego oficial e à força de trabalho (...) é estimado atingir os 20,5% quando era de 9,5% antes da crise de 2008”^{vii}.

Gráfico 4
Evolução do Desemprego “Oficial” e do Desemprego “Oculto”



Fonte: IEFP e INE (dados por trimestre).

Por outro lado, a par da estabilização do desemprego num patamar elevado, é importante registar a sua maior rigidez e fragilidade. Em termos de rigidez, é significativo o aumento das situações de desemprego com duração superior a dois anos face ao total do desemprego “oficial” – entre o primeiro semestre de 2011 e o final de 2014, subiu em cerca de quinze pontos percentuais do total de desempregados “oficiais”. Bem como, em termos de fragilidade, dado que o aumento relevante do peso relativo dos desempregados sem acesso a qualquer prestação de desemprego (subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, inicial ou subsequente) – no desemprego em sentido amplo – passou de cerca de 74 para 82% (Quadro 3).

Quadro 3

Desempregados sem acesso a prestações de desemprego e Desemprego de Longa Duração (em situação de desemprego há mais de dois anos)

	J 2011	D 2011	J 2012	D 2012	J 2013	D 2013	J 2014	D 2014
Sem subsídio de desemprego [a]	73,9%	75,7%	76,0%	75,7%	77,3%	78,3%	80,7%	81,8%
De longa duração (> de dois anos) [b]	33,5%	32,5%	34,1%	36,1%	37,7%	41,4%	43,9%	48,1%

[a] Percentagem de desempregados sem acesso a nenhuma prestação de desemprego face ao valor de desemprego amplo (número oficial de desempregados, desempregados ocupados, inativos desencorajados e ativos migrantes).

[b] Percentagem de desempregados de longa duração (há mais de dois anos), face ao número oficial de desempregados.

Fonte: IEFP, INE e Direcção Geral da Segurança Social (dados por semestre).

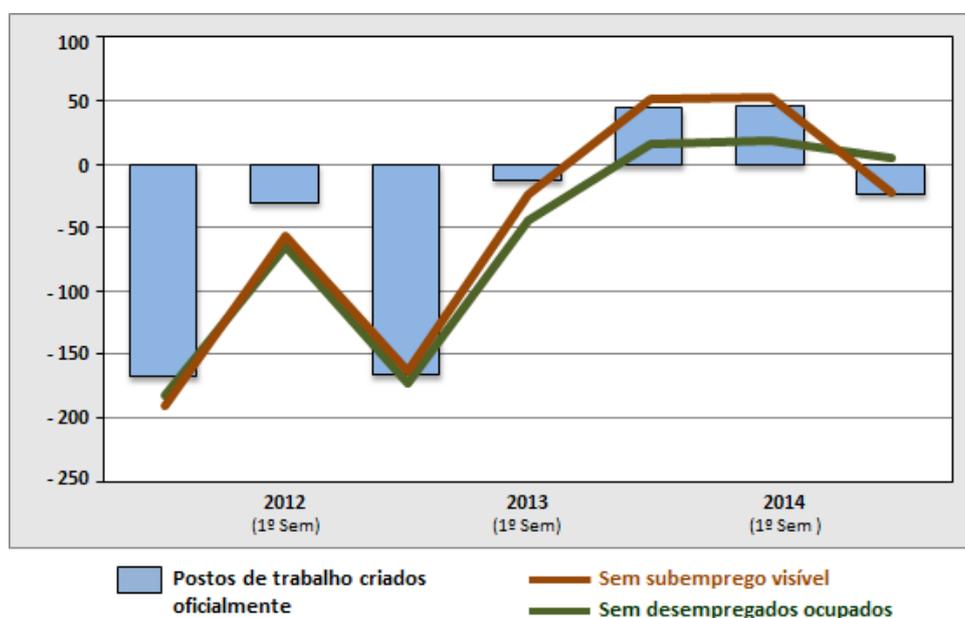
^{vii} <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr1521.pdf>.

O impacto do “ajustamento” no desemprego traduz-se, pois, em três tendências essenciais que têm vindo a reforçar-se. Por um lado, a tendência para a sua estabilização – e não a sua diminuição – em patamares muito elevados. Por outro, o aumento do peso relativo das situações de desemprego que traduzem uma crescente dificuldade de regresso ao mercado de trabalho (longa duração, ativos desencorajados, emigração). E, por último, um desemprego cada vez mais fragilizado, na perspetiva dos subsídios e apoios públicos.

3. Os níveis de criação de emprego

A par de uma estabilização do desemprego, os dados estatísticos do INE revelam um crescimento do emprego bastante incipiente, incapaz de absorver o desemprego – mesmo o desemprego gerado apenas a partir de 2011 (Gráfico 5).

Gráfico 5
Criação semestral de postos de trabalho desde 2011 (em milhares)



Fonte: IEFP e INE.

Do primeiro semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2013, foram destruídos 374,8 mil postos de trabalho. Desde então, foram criados cerca de 67 mil postos de trabalho. Ou seja, o emprego gerado apenas recuperou 18% dos postos de trabalho destruídos durante o período de “ajustamento”.

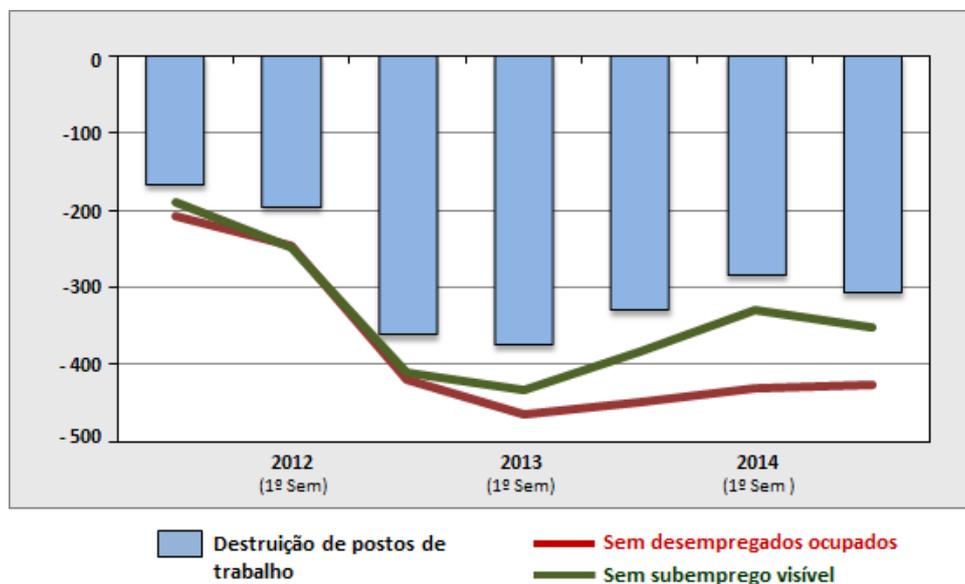
Esta realidade não entra, ainda, em linha de conta com a qualidade do emprego existente. Como já referido, ao longo deste período: a) tem vindo a aumentar significativamente o número de “desempregados ocupados”, estatisticamente considerados pelo INE como empregados. Caso a amostra do INE esteja bem calibrada (ou seja, em que os valores estimados pelo INE corresponderiam aproximadamente ao número de desempregados ocupados do IEFP), esses “empregos” seriam responsáveis entre 60 a 66% dos postos de trabalho criados nos últimos trimestres, o que aponta para uma criação de emprego altamente precário, sem garantia de continuidade e apoiado com fundos públicos; b) tem vindo a crescer sensivelmente o **subemprego**, que abrangia cerca de 213,9 mil pessoas no 1º trimestre de 2011 e atingiu 251,7 mil no 4º trimestre de 2014.

Ora, expurgando estas realidades que empolam o emprego – e assumindo que correspondem a universos mais próximos do desemprego – conclui-se que a recuperação do emprego neste período foi ainda mais frágil. Descontando os desempregados ocupados, a destruição de empregos de 2011 até ao primeiro semestre de 2013 atingiu 463,6 mil postos de trabalho, que apenas teria sido compensada, depois dessa data, com a criação de 37,9 mil. Quando se observa a evolução em termos acumulados conclui-se, por sua vez, que o período de

“ajustamento” está longe de apresentar resultados positivos (Gráfico 6), o que é compatível com os níveis medíocres de crescimento do PIB após anos de recessão.

Gráfico 6

Destruição acumulada de postos de trabalho desde 2011 (em milhares)

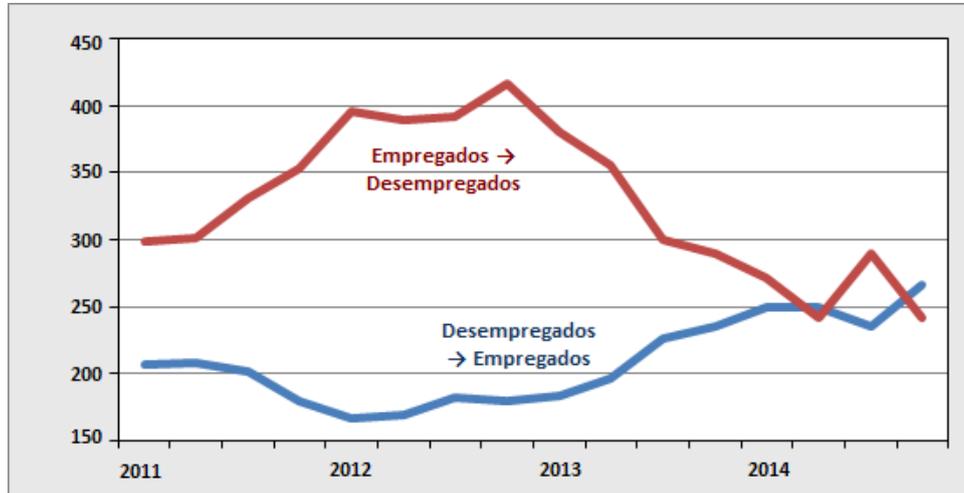


Fonte: IEFP e INE.

A incipiência da criação de postos de trabalho é visível igualmente nos fluxos de passagem de pessoas entre os universos dos desempregados, empregados e [inativos](#). Numa conjuntura de recuperação do emprego seria expectável que a criação de emprego atraísse os inativos para o mercado de trabalho (tornando-os empregados ou desempregados) e, por outro lado, que se verificasse uma contração do desemprego em proveito do emprego. Com base na classificação feita pelos próprios inquiridos no Inquérito ao Emprego, são visíveis duas evoluções no sentido da retoma do número de empregados: a) uma subida do número de pessoas que declararam que há um ano estavam desempregadas e que agora estão empregadas; b) uma diminuição do número de pessoas que, há um ano, estavam empregadas e que agora declaram estar desempregadas. Mas a dimensão do universo de empregados que perdem o emprego é ainda bastante elevada, o que indicia que a dinâmica de criação de desemprego continua a ser relevante; c) estas duas tendências parecem ter estabilizado, indiciando uma fase de estagnação no mercado de trabalho (Gráfico 7).

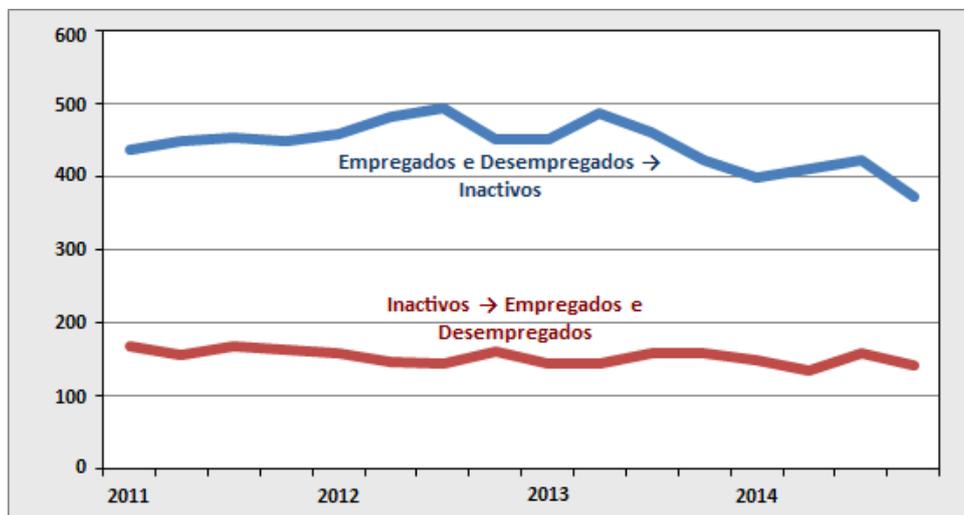
Por último, estes fluxos parecem indiciar que o mercado de trabalho estabilizou num nível de desemprego elevado e num baixo nível de emprego e não dá mostras de conseguir absorver a enorme massa de pessoas em situação de desemprego. Torna-se visível que a redução do fluxo do emprego para o desemprego não se traduz proporcionalmente num maior fluxo do desemprego para mais emprego, adensando a perspetiva de que algo de doentio se está a verificar no mercado de trabalho. (Gráfico 8)

Gráfico 7
Fluxos de trabalhadores desde 2011 (em milhares)



Fonte: INE (dados por trimestre).

Gráfico 8
Fluxos de pessoas desde 2011 (em milhares)



Fonte: INE (dados por trimestre).

4. Conclusões

Passados quase quatro anos de “ajustamento” económico, o mercado de trabalho em Portugal encontra-se numa situação nunca antes vista. Se forem considerados os fluxos migratórios como sintoma doentio da terapia aplicada, então Portugal terá gerado um contingente de pessoas atiradas para o desemprego e que atingiu os 25% da população ativa em 2014. E caso se considere aqueles que, embora não sendo desempregados, trabalham um total de horas semanais abaixo do que gostariam de trabalhar, então esse universo sobe para os **29,1 % no**

segundo semestre de 2014. A estagnação do mercado de trabalho explica que, pela **primeira vez desde sempre, as facetas “ocultas” do desemprego ultrapassem em valor o desemprego “oficial”**. A crise profunda provocada em Portugal pelo programa de “ajustamento” não se refletiu da mesma forma nos indicadores estatísticos “oficiais”, tendo mesmo sido fortemente atenuada ao invés da realidade.

A aplicação prolongada de medidas de austeridade, na expectativa de “ajustar” para de seguida relançar a economia e o emprego (no pressuposto das virtualidades associadas ao modelo teórico da “austeridade expansionista”), conduziu a um afundamento do mercado de trabalho que, face à incipiente retoma, poderá estar a **estabilizar o desemprego em valores elevados e o emprego a um nível retraído, realidades que se refletem numa taxa de desemprego real sem precedentes.**

Dada a evolução histórica de baixos níveis de crescimento económico no contexto da moeda única, é de rezear que estes valores não se atenuem fortemente, mesmo que a economia não esteja em recessão. E esta nova fase no mercado de trabalho parece caracterizar-se por um desemprego menos apoiado e desprotegido, e por postos de trabalho mais precários, de baixa retribuição, sem perspetivas de continuidade e insuficientes para absorver o novo fenómeno do desemprego.

Observatório sobre Crises e Alternativas

CES Lisboa | Picoas Plaza | Rua do Viriato 13 – Lj 117/118 | 1050-227 Lisboa | T. +351 216 012 848

W. <http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/> | E. observatoriocrises@ces.uc.pt